



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

**EDITAL DE LICITAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022
PROCESSO Nº P2022/031984-1**

O **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO (CREA-MT)**, Autarquia Federal nos termos da Lei nº 5.194/66, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 03.471.158/0001-38, UASG nº 389425, com Sede na Avenida Rubens de Mendonça, nº 491, Cuiabá – Mato Grosso – CEP 78.005-725, vem por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela **Portaria nº 030/2022**, torna-se público que realizará um **PREGÃO ELETRÔNICO** na forma que dispõe a Lei nº 10.520/2002 regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993.

REQUISITANTE: GERENTE DE LOGÍSTICA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2022

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA É O MENOR PREÇO PARA O LOTE 1 E TAMBÉM PARA O ITEM 2.

DATA E HORA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24 de novembro de 2022 às 10:00h (horário de Brasília)

LOCAIS PARA OBTENÇÃO DO EDITAL: Sítios da internet: www.crea-mt.org.br e www.comprasnet.gov.br, ou ainda junto a Sede estadual do CREA-MT, localizada na Avenida Rubens de Mendonça, nº 491, Cuiabá – Mato Grosso – CEP 78.005-725.

LOCAL DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Exclusivamente por meio do endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O presente objeto tem por finalidade a contratação de pessoa jurídica para: Aquisição de mobiliários diversos para atender as Inspetorias e Sede do CREA-MT, conforme especificações técnicas, incluindo montagem e instalação.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Móveis e Utensílios - 6.2.2.1.1.02.01.03.001

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

3.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

3.3 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.4. Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.7 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º. da IN SEGES/MP nº. 3 de 2018.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

4.6. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos.

4.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.8. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº. 8.666 de 1993.

4.9. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.12. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.12.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º. da Lei Complementar nº. 123 de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.12.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

-
- 4.12.3 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;
- 4.12.4 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 4.12.5 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.12.6 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.12.7 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.12.8 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.12.9 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº. 123, de 2006, **alterada pela Lei Complementar 155/2016.**
- 5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico sítio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

www.comprasgovernamentais.gov.br

- 6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.4 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº. 1455/2018 -TCU - Plenário).
- 6.5 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

-
- 8.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.9. O lance deverá ser ofertado por **menor preço**.
- 8.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.11. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 8.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 8.19. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- 8.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.24 O Critério de julgamento adotado será o menor preço para o lote 1 e também para o item 2. Conforme definido neste Edital.
- 8.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.26. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº. 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº. 8.538, de 2015.
- 8.27. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.28. A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.29. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.30. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.31. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 8.32. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.33. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- a) No país;
 - b) Por empresas brasileiras;
 - c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

8.34. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.35. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.36. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.37. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.38. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº. 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

9.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I) SICAF;

II) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis

III) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

IV) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

V) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "I", "II" e "III" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

VI) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

VII) Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

VIII) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

IX) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

X) Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

XI) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº. 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

XII) Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

03, de 2018.

XIII) O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº. 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

XIV) É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

XV) O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

XVI) Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

XVII) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

XVIII) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

XIX) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

XX) Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2. Habilitação jurídica:

I) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal filial ou agência;

V) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

VII) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. Regularidade fiscal e trabalhista:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- I) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- III) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- V) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VI) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício, de que nada consta.
- VII) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade **e compatível com o objeto** contratual;
- VIII) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício, de que nada consta.
- IX) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4. Qualificação Econômico-Financeira

- I) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- II) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- III). No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- IV). É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
- V) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

VI) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.5. Qualificação Técnica

I) Apresentar um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, conforme especificações do termo de referência.

II) O atestado deverá conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente ou nota de empenho, endereço atual da contratante e local em que for entregue a mobília.

III) A Licitante, caso a área técnica do Crea-MT entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade do atestado solicitado, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da Contratante e local em que foram entregue a mobília, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

IV) O atestado de capacidade técnica deverá se referir à venda de móveis de escritório no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da licitante, especificadas no contrato social vigente. O Licitante deverá enviar Catálogo e especificação dos produtos ofertados.

V) Declaração, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, comprovar junto à Contratante o atendimento aos requisitos de qualificação exigidos.

VI) A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

VII) Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

VIII) A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

IX) Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

X) Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

XI) O licitante provisoriamente vencedor, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do objeto licitado.

XII) Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

XIII) Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

II) apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustadas ao lance do vencedor;

III) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extensos (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.4. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos, prevalecerão estes últimos.

11.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.7. As proposta que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

12.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos endereços constantes neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

I) Na hipótese de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

II) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3. A adjudicação do objeto será pela menor preço.

14.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá garantia de execução na presente contratação.

16. DO TERMO DE CONTRATO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. Caso o órgão venha a optar pela manutenção da dispensa do instrumento de contrato (optando pela adoção de Autorização de Fornecimento, por exemplo), o fornecedor se vincula à sua proposta e ao edital e seus anexos, sendo que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993; nestes casos, o fornecedor reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

I) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

II) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

III) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.7. O período único para execução do objeto deverá ser de 12 (doze) meses, iniciando-se a contagem no dia seguinte ao recebimento, pela adjudicatária, da Ordem de Compra para o início da execução contratual. Conforme consta no Termo de Referência, vinculado a este Edital.

16.8. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.9. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.10. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.11. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.12. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o Licitante/adjudicatário que:

- I) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- II) apresentar documentação falsa;
- III) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- VI) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- V) não mantiver a proposta;
- VI) cometer fraude fiscal;
- VII) comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- II) Multa de 2,50% (dois e meio por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;;
- III) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- IV) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- V) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- VI) A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20. DAS PENALIDADES

20.1 São aquelas previstas no Termo de Referência, vinculado a este Edital.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21.5. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.6. **A impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@crea-mt.org.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na AV. Historiador Rubens de Mendonça, Nº 491 – Bairro Araés – Cuiabá – MT – 78008-000, no setor de Licitações e Contratos.

21.7. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do Certame.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

21.9. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.10. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.11. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Certame.

21.12. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.13. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

22.1. A licitante vencedora se compromete, sob pena de infração e rescisão contratual, a:

22.1.2. Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;

22.1.3. Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos (art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988);

22.1.4. Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como a implementar esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores;

22.1.5. Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

23.4. Aplicam-se a esta licitação, subsidiariamente, a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.

23.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

23.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dado início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://comprasgovernamentais.gov.br>, e/ou <https://www.crea-mt.org.br/portal/licitacoes/> e também poderão ser obtidos no endereço Av. Rubens de Mendonça, 491 – Bairro Araés – Cuiabá – MT – 78008-000 - Setor de Licitações e Contratos, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 18h.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo de apresentação de proposta de preço.

ANEXO III - Minuta de Termo do Contrato

EDITAL ELABORADO POR: GIOCONDA PAULA DOS SANTOS
Membro da Comissão Permanente de Licitação

Cuiabá, 01 de novembro de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

ANEXO I -
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 O presente objeto tem por finalidade a contratação de pessoa jurídica para: Aquisição de mobiliários diversos para atender as Inspetorias e Sede do CREA-MT, conforme especificações técnicas, incluindo montagem e instalação.

2. JUSTIFICATIVAS:

2.1. Considerando que diversos setores carecem de novo mobiliário, pois se faz necessária substituição daqueles similares que apresentam estado de conservação ruim, seja por desgaste natural ou por eventual dano durante o uso, fato que compromete a utilização.

2.2. Considerando que com a construção de inspetorias e do auditório do CREA/MT, veio intrínseca ao seu desenvolvimento a utilização de móveis com bom conceito tecnológico. A aquisição desse mobiliário servirá para a boa organização de procedimentos de trabalho, dando maior agilidade e segurança na guarda de documentos, além de proporcionar um ambiente ergonomicamente adequado.

2.3. Considerando a preocupação em proporcionar instalações físicas e áreas de trabalho que garantam não só a produtividade, mas também o bem-estar das pessoas e manutenção da saúde ocupacional.

3. DA QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Cadeiras Universitárias fixas individuais

Quantidade: 162 (cento e sessenta e duas) unidades.

Cores: Preta

(Obs: 8% das cadeiras deverão ter prancheta do lado esquerdo para canhotos, ou seja, 23 Unidades.)

Dimensões: Assento: L49 x P49cm; Encosto: L46 x A48cm; Altura do Assento: Máxima/Mínima: 58/48

Especificações:

- Cadeiras universitárias fixas individuais;
- Com assento e encosto em madeira compensada com espuma injetada revestida em tecido (J. serrano);
- Cor preta;
- Braços corsa com prancheta escamoteável;
- Confeccionado em MDF 18mm;
- Revestida em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces;
- Com acabamento das bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades;
- Colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro;
- Estrutura em aço reforçado;

3.2. Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Quantidade: 04 (quatro) unidades.

Cor: Preta

Dimensões: Encosto: L 56cm x A 53cm; Assento: L 58cm x P 49cm; Altura assento: A 51cm;

Especificações:

- Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais;
- Com assento e encosto em madeira compensada com espuma injetada revestida em tecido (J. Serrano);
- Cor preta;
- Braços corsa prancheta escamoteável;
- Confeccionado em MDF 18mm revestida em laminado melamínico de baixa pressão nas duas faces;
- Com acabamento das bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades;
- Colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro;
- Estrutura em aço reforçado;

3.3. Cadeiras de rodizio com espaldar alto (auditório sede)

Quantidade: 04 (quatro) unidades.

Cores: Preta

Especificações:

- Poltrona operacional;
- Espaldar alta;
- Apoio de braços;
- Base giratória;
- Dimensões do assento: largura 444mm x profundidade 432mm;
- Profundidade da superfície do assento: 452mm;
- Encosto: Largura 436mm x 505mm;
- Contra encosto em polipropileno copolímero injetado;
- Encosto e assento em tecido 100% poliéster;
- Conformações anatômicas de modo a atender as exigências ergonômicas;
- Provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ± 2 kg/m³ e espessura de 50mm;
- Excelente fator conforto e alta resiliência;
- Com bordas arredondadas e rebaixo de 17mm na parte inferior para perfeito acoplamento do compensando;
- Encosto estruturado internamente em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica;
- Provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ± 2 kg/m³ e espessura de 50mm;
- Braços reguláveis com apoio;
- Braços com formato anatômico, com alma de aço estrutural, revestido em toda a superfície em poliuretano pré polímero integral skin na cor preto, com acabamento texturizado;
- Possui regulagem vertical em 06 posições e curso de 60mm com acionamento por botão frontal;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;
- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;
- Mecanismo para reclinção de assento e encosto do tipo assincronizado, permitindo angulação de assento e encosto independentes;
- Acionamento do pistão a gás para ajuste milimétrico da altura da superfície do assento por meio de alavanca independente;
- Ajuste de altura do assento de forma milimétrica, através de acionamento do pistão à gás, com curso mínimo de 100 mm e diâmetro do pistão de 28 mm, com conificação superior e inferior de 1°26'16", com bucha injetada em resina de engenharia de alto desempenho, dotado de caixa cilíndrica de alojamento com diâmetro externo de 50 mm, com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta;
- Base com 5 patas, fabricada em aço tubular quadrado, soldadas em flange morse, facilitando a montagem e desmontagem em caso de eventual manutenção, com acabamento em pintura epóxi pó na cor grafite;

3.4. Cadeiras de rodizio com espaldar médio (reunião inspetorias)

Quantidade: 06 (seis) unidades.

Cores: Preta

Especificações:

- Poltrona operacional;
- Espaldar médio;
- Apoio de braços;
- Base giratória;
- Dimensões do assento: largura 444mm x profundidade 432mm;
- Profundidade da superfície do assento: 452mm;
- Encosto: Largura 436mm x 505mm;
- Contra encosto em polipropileno copolímero injetado;
- Encosto e assento em tecido 100% poliéster, conformações anatômicas de modo a atender as exigências ergonômicas, provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ±2kg/m³ e espessura de 50mm;
- Com excelente fator conforto e alta resiliência, com bordas arredondadas e rebaixo de 17mm na parte inferior para perfeito acoplamento do compensando;
- Encosto estruturado internamente em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica;
- Provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ±2kg/m³ e espessura de 50mm;
- Braços reguláveis com apoia braços com formato anatômico, com alma de aço estrutural, revestido em toda a superfície em poliuretano pré polímero integral skin na cor preto, com acabamento texturizado;
- Possui regulagem vertical em 06 posições e curso de 60mm com acionamento por botão frontal;
- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;
- Mecanismo para reclinção de assento e encosto do tipo assincronizado, permitindo angulação de assento e encosto independentes;
- Acionamento do pistão a gás para ajuste milimétrico da altura da superfície do assento por meio de alavanca independente;
- Ajuste de altura do assento de forma milimétrica, através de acionamento do pistão a gás, com curso mínimo de 100 mm e diâmetro do pistão de 28 mm, com conificação superior e inferior de 1°26'16", com bucha injetada em resina de engenharia de alto desempenho, dotado de caixa cilíndrica de alojamento com diâmetro externo de 50mm, com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta;
- Base com 5 patas, fabricada em aço tubular quadrado, soldadas em flange morse, facilitando a montagem e desmontagem em caso de eventual manutenção, com acabamento em pintura epóxi pó na cor grafite.

3.5. Cadeiras de rodizio com espaldar baixo (sede, atendimento e fiscalização inspetorias)

Quantidade: 162 (cento e sessenta e duas) unidades.

Cores: Preta

Especificações:

- Poltrona operacional;
- Espaldar baixo;
- Apoio de braços e base giratória;
- Dimensões do assento: largura 444mm x profundidade 432mm;
- Profundidade da superfície do assento: 452mm;
- Encosto: Largura 436mm x 505mm;
- Contra encosto em polipropileno copolímero injetado, encosto e assento em tecido 100% poliéster, conformações anatômicas de modo a atender as exigências ergonômicas, provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ±2kg/m³ e espessura de 50mm, com excelente fator conforto e alta resiliência, com bordas arredondadas e rebaixo de 17mm na parte inferior para perfeito acoplamento do compensando;
- Encosto estruturado internamente em polipropileno injetado estrutural de grande resistência mecânica. Provido de almofada de espuma flexível de poliuretano injetada com densidade de 50 ±2kg/m³ e espessura de 50mm;
- Braços reguláveis com apóia braços com formato anatômico, com alma de aço estrutural, revestido em toda a superfície em poliuretano pré polímero integral skin na cor preto, com acabamento texturizado;
- Possui regulagem vertical em 06 posições e curso de 60mm com acionamento por botão frontal;
- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;
- Suporte do encosto com regulagem de altura, fabricado em tubo de aço perfilado oval com dimensões de 18 x 43 x 1,50mm e acabamento em pintura epóxi pó na cor preta, acoplado ao mecanismo;
- Mecanismo para reclinção de assento e encosto do tipo assincronizado, permitindo angulação de assento e encosto independentes;
- Acionamento do pistão a gás para ajuste milimétrico da altura da superfície do assento por meio de alavanca independente;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- Ajuste de altura do assento de forma milimétrica, através de acionamento do pistão a gás, com curso mínimo de 100mm e diâmetro do pistão de 28mm, com conificação superior e inferior de 1°26'16", com bucha injetada em resina de engenharia de alto desempenho, dotado de caixa cilíndrica de alojamento com diâmetro externo de 50 mm, com acabamento em pintura epóxi pó na cor preta;
- Base com 5 patas, fabricada em aço tubular quadrado, soldadas em flange morse, facilitando a montagem e desmontagem em caso de eventual manutenção, com acabamento em pintura epóxi pó na cor grafite.

3.6. Poltrona Fixa com base suspensa e apoio de braço (atendimento e fiscalização inspetorias).

Quantidade: 04 (quatro) unidades.

Cores: Preta

Especificações:

- Poltrona fixa espaldar baixo em tela - com braços;
- Especificações: Medidas: (toler +- 5%) - largura assento (s/ braços): 0,43m;
- Profundidade total: 0,53m, - altura até assento (curso): 0,43 a 0,52m. - altura total (curso): 0,88 a 0,99 m.a);
- Assento/Encosto de espaldar médio, estruturado em polipropileno injetado de alta resistência à fadiga e impactos, com acabamentos injetados no mesmo material, revestido com tecido tipo tela, e apoio lombar fixo, injetado em espuma de poliuretano semirrígida;
- Estrutura de união do encosto com assento fixa sem regulagem de altura, confeccionada em lâmina de aço SAE 1020 1/4" x 72mm, com tratamento térmico (têmpera) e anticorrosivo por fosfatização, e acabamento em pintura epóxi na cor preta de alta resistência a abrasão e impactos, com secagem em estufa;
- Espuma anatômica de poliuretano de 40mm de espessura, com densidade D40, injetada diretamente sobre concha interna de polipropileno, injetada e 100% reciclável;
- Assento injetado em polipropileno, de alta resistência a fadiga e impactos, com espuma anatômica de poliuretano de 55mm de espessura, com densidade D40, colada sobre concha interna de polipropileno, injetada e 100% reciclável, com borda frontal ligeiramente curvada para não obstruir a circulação sanguínea;
- Revestimento em tecido sintético;
- Base Estrutura metálica, do tipo balancim, laterais em tubo de aço SAE 1020 25,4 x 2,25mm unido por solda a chapa de aço SAE 1.1/2"x1/8"x120mm que serve de sustentação ao apoia braço integrado;
- Travamento posterior através de tubo de aço SAE 1020 12,7 x 1,5mm e frontal através de tubo de aço SAE 1020 25,4 x 2,25mm com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi na cor preta;
- Sapatas injetadas em poliuretano de alta resistência a abrasão e deslizamento;
- Apoia braço injetado em poliuretano expandido de 235 x 94 x 39mm com alma interna em aço SAE 1020 de 3,18mm de espessura e fixado a estrutura através de parafuso M6 x 16mm;

3.7. Mesa para auditório (sede)

Quantidade: 2 (duas) unidades.

Cores: Cinza

Especificações:

- **Tampo superior:** Retangular em MDF 18mm (2,20 x 0,80m) revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em padrão que imite madeira, cor a ser definida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

acabado com bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades, colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro; sistema de fixação por intermédio de minifix laterais, superiores e inferiores, furação para cabeamento e caixa para duas tomadas de energia e duas RJ45, confeccionada em aço, na cor preta com sistema de fixação interna e externa;

- **Tampo inferior:** Retangular em MDF 18mm (2,00 x 0,40m): revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em padrão que imite madeira, cor a ser definida, com bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades, colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro; sistema de fixação por intermédio de minifix laterais, superiores e inferiores, passagem de fiação horizontal de 100mm em toda superfície com sistemas de presilhas internas de reforço;
- **Estrutura de sustentação:** Estrutura de aço revestida de pintura antioxidante com tinta epóxi pó seco em estufa na cor cinza e carenagens laterais removíveis para passagem de fiação. Com reforço lateral. Altura 0,75m;
- **Dimensões:** Comprimento: 2,20m; Largura: 0,80m; Altura do chão: 0,75m;

3.8. Aparador (auditório)

Quantidade: 1 (uma) unidade.

Cores: Louro freijó

Especificações:

- Tampo em MDF espessura de 40mm e acabamento laminado louro freijó. Estrutura de sustentação em aço inox.
- Dimensões: Altura: 85 cm; Largura: 180cm; Profundidade: 40cm

3.9. Mesa para auditório (inspetorias)

Quantidade: 02 (duas) unidades.

Cores: Cinza

Especificações:

- Tampo superior: Retangular em MDF 18mm (1,40 x 0,80m) revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em padrão que imite madeira, cor a ser definida acabado com bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades, colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro; sistema de fixação por intermédio de minifix laterais, superiores e inferiores, furação para passagem de cabeamento;
- Tampo inferior: Retangular em MDF 18mm (1,20 x 0,40m): revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em padrão que imite madeira, cor a ser definida acabado com bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades, colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro; sistema de fixação por intermédio de minifix laterais, superiores e inferiores, passagem de fiação horizontal de 100mm em toda superfície com sistemas de presilhas internas de reforço;
- Estrutura de sustentação: Estrutura de aço revestida de pintura antioxidante com tinta epóxi pó seco em estufa na cor cinza e carenagens laterais removíveis para passagem de fiação. Com reforço lateral. Altura 0,75m;
- Dimensões: Comprimento: 1,40m; Largura: 0,80m; Altura do chão: 0,75m;

3.10. Mesa em L

Quantidade: 03 (três) unidades

Cores: Cinza



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Especificações:

- Mesa em L (estação de trabalho) tampo único em MDF de 25mm, revestido em laminado melamínico de baixa pressão texturizado, cor a ser definida acabado com bordas em fita de borda PVC de 3mm de espessura e raio 2,5mm em todas as extremidades, colada a quente no sistema *hot-melt* em todo o seu perímetro, com pés metálicos com passagem para fiação, regulagem de nível, tampos com passagem de fiação direito e esquerdo, medindo no mínimo 120mmx0,60mm x 0,74mm, em *post forming* na cor cinza, com extensor para teclado em *post forming* MDF de 15 mm, com ferragens acoplado, sob mesa com trava, medindo no mínimo 600 x 350mm. Suporte para CPU em MDF com *post forming* com rodízios medindo no mínimo 270 x 500 x 680mm, na cor cinza. Gaveteiro em MDF de 15mm, volante com rodízios, 3 gavetas, com corredeiras metálica, chave múltipla, todo em *post forming* na cor cinza, medindo no mínimo 400 x 400 x 400mm.
- Pé sextavado; Produzidos em chapa de aço. Pintura eletrostática em epóxi Grafite. Nivelador de polipropileno injetado e haste metálica com regulagem através de rosca. Recurso interno para passagem da fiação. Dimensões: 1200 x 800 x 730mm.

3.11. Armário em MDF Baixo c/ 02 portas e 01 Prateleiras

Quantidade: 03 (três) unidades.

Cores: Cinza

Especificações:

- Armário baixo fechado 700 x 500 x 740 mm. Armário duas portas com tampo superior e rodapé metálico. Tampo em madeira de 25mm de espessura revestido com laminado melaminico de baixa pressão ambas as faces, encabeçado com fita de borda pvc 2,0mm com raio ergonômico conforme nbr13966 com alta resistência a impactos na cor do laminado;
- Corpo do armário em madeira de 18mm de espessura revestido com laminado melaminico de baixa pressão em ambas as faces nas cores cinza, branco ou preto, encabeçado com fita de borda pvc com espessura 0,4mm de alta resistência a impactos;
- Portas em madeira aglomerada de 18mm de espessura revestido com laminado melaminico de baixa pressão em ambas as faces com fita de borda pvc com espessura 0,4mm altamente resistente a impactos na cor do laminado, com dobradiça em aço de alta resistência, com sistema de alojamento interno na madeira e sistema de tranca por chave.

3.12. Poltrona foyer (inspetorias)

Quantidade: 02 (duas) unidades.

Cores: Grafite

Especificações:

- Poltrona modelo Júlia com estrutura em madeira jequitibá, assento em espuma D26 com percinta elástica, encosto em espuma D23 e revestimento em poliéster que imite o padrão linho cor grafite;
- **Dimensões:** Altura: 78cm; Largura: 65cm; Profundidade: 75cm

3.13. Armário do tipo arquivo (para pasta suspensa)

Quantidade: 05 (cinco) unidades

Cor: Cinza

Especificações:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- Cor: Cinza para combinar com os outros armários da sala;
- Armário com chave: Sim;
- Altura mínima/máxima: 135cm / 155cm;
- Largura mínima/máxima: 45cm / 50cm;
- Profundidade mínima/máxima: 45cm / 50cm;
- Gavetas: 04 (quatro) com apoio para pastas suspensas. Cada gaveta deve ter espaço para identificador de gavetas;
- Material: Aço;
- Com suporte para pasta suspensa: Sim.

3.14. Mesa dobrável retangular

Quantidade: 15 (quinze) unidades

Cor: Branco ou Cinza

Especificações:

- Comprimento: 1,80m até 2m;
- Largura: 75cm 80cm;
- Altura: 70cm até 75cm;
- Material da superfície: Polietileno;
- Material das pernas: Aço;
- Cor: Cinza;
- Pernas Dobráveis: Sim.

3.15. Armário Prateleira

Quantidade: 20 (vinte) unidades

Cor: Cinza

Especificações:

- Armário com Prateleira aberta;
- Com reforço diagonal nas barras de trás e nas laterais;
- Cor: Cinza;
- Material: Aço;
- Com 06 (seis) prateleiras;
- Altura mínima: 190cm;
- Largura mínima: 90cm;
- Profundidade mínima: 35cm.

4. LOTE 1 - DISTRIBUIÇÃO DE MOBILIÁRIOS

Nº	Discriminação	Quantidade	Local
1.1	Cadeiras universitárias fixas individuais	162	Sede/Inspetorias 102 - Cuiabá 60 – Guarantã do Norte Total= 162
1.2	Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais	04	Sede/Inspetorias 2 - Cuiabá 2 – Guarantã do Norte Total= 04



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

1.3	Cadeiras de rodizio com espaldar alto (auditório sede)	04	Sede 4 - Auditório Total = 04
1.4	Cadeiras de rodizio com espaldar médio (auditório e sala de reunião inspetorias)	06	Inspetorias 6 – Guarantã do Norte Total= 06
1.5	Cadeiras de rodizio com espaldar baixo (atendimento e fiscalização inspetorias)	162	Inspetorias 159 - Cuiabá 3 – Guarantã do Norte Total= 162
1.6	Poltrona Fixa com base suspensa e apoio de braço (atendimento e fiscalização inspetorias).	04	Inspetorias 4 – Guarantã do Norte Total= 04
1.7	Mesa para auditório (sede)	02	Sede 02 - Auditório Total= 02
1.8	Aparador (auditório)	01	Sede 01 - Auditório Total= 01
1.9	Mesa para auditório (inspetorias)	02	Inspetorias 2 – Guarantã do Norte Total= 02
1.10	Mesa em L	03	Inspetorias 3 – Guarantã do Norte Total= 03
1.11	Armário em MDF Baixo c/ 02 portas e 01 Prateleiras	03	Inspetorias 3 – Guarantã do Norte Total= 03
1.12	Poltrona foyer Inspetorias	02	Inspetorias 2 – Guarantã do Norte Total= 02
1.13	Armário do tipo arquivo (para pasta suspensa)	05	Sede 05 – Recursos Humanos Total= 05
1.14	Mesa dobrável retangular	15	Sede 15 – Auditório novo Total= 15
Item 2			
2.1	Armário Prateleira de aço	20	Inspetoria 20 –Várzea Grande Total= 20
Total Geral		395	

4.1. Foto do mobiliário no Anexo 1.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- 5.1. Conferir a execução dos serviços;
- 5.2. Atestar a Nota Fiscal correspondente, após execução dos serviços;
- 5.3. Proporcionar condições para que a adjudicatária possa vistoriar as instalações, caso desejar;
- 5.4. Notificar a adjudicatária, por escrito, sobre falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 5.5. Efetuar o pagamento devido nas condições estabelecidas no contrato (ordem de serviço);
- 5.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela adjudicatária;
- 5.7. Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos serviços executados, nos moldes do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

6. OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA:

- 6.1. Estar apto a prestar os serviços;
- 6.2. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas extras, impostos, uniformes, bem como de qualquer responsabilidade decorrente de acidentes;
- 6.3. Prestar os serviços conforme estabelece o contrato (ordem de serviço) com eficiência, presteza e pontualidade, em conformidade com os prazos estabelecidos;
- 6.4. Fornecer a fatura para pagamento, nos termos da Lei;
- 6.5. Permitir que o Crea-MT realize a fiscalização e o gerenciamento do contrato (ordem de serviço), em obediência as prescrições descritas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 6.6. Zelar pela boa e fiel prestação dos serviços objeto do contrato (ordem de serviço);
- 6.7. Acatar as instruções e observações provenientes da fiscalização;
- 6.8. Apresentar o documento fiscal específico discriminando todos os serviços executados com indicação de preços unitários e totais;
- 6.9. Recolher todos os tributos resultantes da prestação dos serviços objeto do contrato (ordem de serviço);
- 6.10. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária resultantes da prestação dos serviços objeto do contrato (ordem de serviço), bem como de transporte;

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

- 7.1. O mobiliário deverá ser fornecido de acordo com as especificações deste Termo de Referência no Crea-MT.
- 7.2. Os locais a serem entregues e montados o mobiliário estão especificados de acordo com o item 7.3. deste termo.

7.3. Endereços:

Cidade	Endereço
Cuiabá	Av. Historiador Rubens de Mendonça, 491 Bairro Araés - CEP: 78005-725 - Cuiabá –



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

	MT Horário: 08h até as 18h de segunda a sexta feira.
Guarantã do Norte	Avenida Guarantã Marginal I, Centro administrativo de Guarantã do Norte (Inspetoria em construção). Horário: 12h as 18h de segunda a sexta feira
Várzea Grande	Rua Presidente Epitacio Pessoa , 20, Vila Ipase, Varzea Grande - MT Cep: 78125-270 Horário: 12h as 18h de segunda a sexta feira

7.4. O prazo máximo de entrega será de 30 (trinta) dias úteis a contar da data assinatura do contrato.

7.5. O prazo de garantia para todo o mobiliário especificado não deverá ser inferior a 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, montagem ou instalação, a contar do recebimento definitivo.

7.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da entrega dos bens, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.9. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. A natureza do objeto a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

9. VALOR ESTIMADO

9.1. Estima-se o valor global de **R\$ 316.879,41** (trezentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos) conforme pesquisa de preço realizada pela unidade demandante, demonstrada abaixo.

PESQUISA DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (PREÇO REFERÊNCIA)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Item	Descrição	Quantidade Estimada	NºPregão:7062021 / UASG:925373 (S A COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA)		NºPregão:7062021 / UASG:925373 (HELENMAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA)		NºPregão:2652022 / UASG:927996 (SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS EIRELI)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
1	Cadeiras universitárias fixas individuais	162	R\$ 565,00	R\$ 159.330,00	R\$ 602,00	R\$ 169.764,00	R\$ 500,00	R\$ 141.000,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	NºPregão:1362021 / UASG:925153 (OMEGA COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI)		NºPregão:322022 / UASG:925153 (META X INDUSTRIA E COMERCIO LTDA)		Site (madeiramadeira.com.br)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
2	Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais	04	R\$ 2407,50	R\$ 19.260,00	R\$938,00	R\$ 7.504,00	R\$ 1.345,00	R\$ 10.760,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	NºPregão:102021 / UASG:170114 (MOBIEQ MOBILIARIO E EQUIPAMENTOS LTDA)		NºPregão:152021 / UASG:160186 (ARAGORN SUPRIMENTOS E MANUTENCAO EIRELI)		NºPregão:12021 / UASG:928500 (SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
3	Cadeiras de rodizio com espaldar alto	04	R\$ 1.660,00	R\$ 6.640,00	R\$ 891,00	R\$ 3.564,00	R\$ 1.076,00	R\$ 4.304,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	NºPregão:102022 / UASG:926412 (ALOJAMENTOS BRASIL MOVEIS EIRELI)		NºPregão:132022 / UASG:926107 (RM MOVEIS E COMERCIO EIRELI)		NºPregão:272022 / UASG:158121 (DESTAK DESIGN SOLUCOES EM MOVEIS LTDA)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
4	Cadeiras de rodizio com espaldar médio	06	R\$ 1.320,00	R\$ 23.760,00	R\$ 808,00	R\$ 14.544,00	R\$ 1.000,00	R\$ 18.000,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	MINISTÉRIO DA DEFESA NºPregão:162021 / UASG:160297 (MADELIDER COMERCIAL EIRELI EPP)		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO NºPregão:252022 / UASG:981547 (EXPERT SERVICOS, COMERCIO DE MOVEIS E LICITACOES LTDA)		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NºPregão:442021 / UASG:154069 (SANTA TEREZINHA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
5	Cadeiras de rodizio com espaldar baixo	162	R\$ 1.200,00	R\$ 201.600,00	R\$ 1200,00	R\$ 201.600,00	R\$ 582,00	R\$ 97.776,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Flexform (site)		Cadeirabrasil (site)		UAUmóveis (site)	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
6	Poltrona Fixa com base suspensa e apoio de braço	04	R\$ 715,00	R\$ 8.580,00	R\$ 619,90	R\$ 7.438,80	R\$ 999,00	R\$ 11.988,00
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Magazine Luiza (site)		MadeiraMadeira (site)		Mercado Livre (site)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
7	Mesa para Auditório	02	R\$ 867,60	R\$ 1.735,20	R\$ 1.299,00	R\$ 2.598,00	R\$ 938,14	R\$ 1.876,28
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Mercado Livre (site)		Móveis Balzan (site)		Magazine Luiza (site)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
8	Aparador	01	R\$ 489,90	R\$ 489,90	R\$ 464,90	R\$ 464,90	R\$ 515,92	R\$ 515,92
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Estrela 10 (site)		Submarino (site)		Americanas (site)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
9	Mesa para Auditório (Inspetorias)	02	R\$ 214,90	R\$ 1.289,40	R\$ 193,00	R\$ 1.158,00	R\$ 207,90	R\$ 1.247,4
Item	Descrição	Quantidade Estimada	MINISTÉRIO DA DEFESA NºPregão:312021 / UASG:160298 (LLS COMERCIO E SERVICOS EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS EIRELI)		SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO/PA NºPregão:102021 / UASG:927843 (FLEXIBASE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA)		SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO/PA NºPregão:102021 / UASG:927843 (ESPACO CORPORATIVO DE COMERCIO, SERVICOS E REPRESENTACAO LTDA)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
10	Mesa em L	03	R\$ 1.469,51	R\$ 13.225,59	R\$ 1.561,00	R\$ 14.049,00	R\$ 1.576,63	R\$ 14.189,67
Item	Descrição	Quantidade Estimada	PREFEITURA MUNICIPAL DE VASSOURAS NºPregão:212022 / UASG:926938 (ARAGORN SUPRIMENTOS E MANUTENCAO EIRELI)		PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO NºPregão:832022 / UASG:987503 (VIOLA MIX MOVEIS – EIRELI)		GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO NºPregão:352022 / UASG:925968 (DESTAK DESIGN SOLUÇÕES EM MOVEIS LTDA)	
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
11	Armário em MDF Baixo c/ 02	03	R\$ 534,00	R\$ 4.806,00	R\$ 767,20	R\$ 6.904,80	R\$ 1.300,00	R\$ 11.700,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

	portas e 01 Prateleiras								
Item	Descrição	Quantidade Estimada	MadeiraMadeira (site)		MercadoLivre (site)		Casas Bahia (site)		
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	
12	Poltrona foyer Inspetorias	02	R\$ 689,90	R\$ 4.139,40	R\$ 818,92	R\$ 4.913,52	R\$ 773,86	R\$ 4.643,16	
Item	Descrição	Quantidade Estimada	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA PA NºPregão:732022 / UASG:980425 (E. DO S. MACEDO DA SILVA)		PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES NºPregão:82022 / UASG:985061 (SANTO ANTONIO COMERCIO DE MOVEIS EIRELI)		PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO/MG NºPregão:602022 / UASG:985373 (GOMAP COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA)		
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	
13	Arquivo para pasta suspensa	05	R\$ 1.090,00	R\$ 5.450,00	R\$ 1.250,00	R\$ 6.250,00	R\$ 872,63	R\$ 4.363,15	
Item	Descrição	Quantidade Estimada	Magazine Luiza (site)		MercadoLivre (site)		GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ NºPregão:472022 / UASG:987913 (ARGOS LTDA)		
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	
14	Mesa dobrável retangular	15	R\$ 436,79	R\$ 6.551,85	R\$ 559,30	R\$ 8.389,50	R\$ 645,33	R\$ 9.679,95	
Item 2									
Item	Descrição	Quantidade Estimada	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA NºPregão:652022 / UASG:985155 (NELSON ALVES DE MORAES - CPF 442.467.306-53 EIRELI)		MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NºPregão:12022 / UASG:380006 (A F S DE MORAIS COMERCIO)		Justiça Federal SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PARÁ NºPregão:42022 / UASG:90003 (NEO BRS COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA)		
			Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	
2.1	Armário prateleira aço	20	R\$ 1.133,00	R\$ 22.660,00	R\$ 959,00	R\$ 19.180,00	R\$ 925,00	R\$ 18.500,00	
Total previsto: R\$ 316.879,41									

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será feito em até 20 (quinze) dias corridos após o recebimento dos bens por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário, ocasião que deverá ser emitido o documento fiscal, com a discriminação do objeto, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação e o devido ateste da entrega dos produtos por parte do fiscal do contrato. Há que ser observado que além da comprovação da regularidade junto à CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, deverá ainda ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais da Licitante Contratada.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelo fato dos produtos serem entregues total

12. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

12.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, por servidor devidamente designado em portaria ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído, conforme conveniência e oportunidade da Administração.

12.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do CREA-MT, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

13. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.2.2.1.1.02.01.03.001-Móveis e Utensílios

14. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

14.1. O critério de julgamento da proposta é o menor preço para o lote 1 e também para o item 2.

15. DAS SANÇÕES

15.1 - Incorre em infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a contratada que:

- a) Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar a execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta apresentada.

15.2 - A contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - I. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

- d) Suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com o CREA/MT, pelo prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a contratante pelos prejuízos causados;

15.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

15.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à contratante, observado o princípio da proporcionalidade;

15.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.7 -As hipóteses de rescisão contratual serão regidas pelos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. CONSIDERAÇÕES GERAIS:

16.1. Ressaltamos que as situações não previstas neste Termo de Referência serão solucionadas em conforme com a Lei Federal nº 8.666, de 1993.

16.2. A adjudicatária será responsável pela fiel prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência, assim como de outros que durante a vigência poderão se tornar necessários, os quais serão adaptados de acordo com a necessidade da Administração e informados à empresa, independente de termo aditivo.

16.3. Toda orientação formal expedida pelo contratante relativamente aos serviços passará a fazer parte do contrato e deverá ser fielmente acatada pela adjudicatária.

16.4. NÃO será permitida a subcontratação dos serviços objeto do presente Termo de Referência.

16.5. O objeto será firmado de acordo com as previsões contidas neste Termo de Referência, Edital e/ou em seus anexos.

16.6. A execução do compromisso assumido no contrato (ordem de serviço) e a solução dos casos omissos regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se a eles, supletivamente, os princípios da teoria geral de contratos e as disposições do direito privado, na forma da Lei nº 8.666, de 1993.

Cuiabá-MT, 25 de outubro de 2022.

ADRIANA IMBRIANI

Gerente de Logística



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

ANEXO I

1. TABELA DO MOBILIÁRIO COM FOTO (MODELOS):

Cadeiras universitárias fixas individuais



Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais



Cadeiras de rodizio com espaldar alto (auditório sede)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Cadeiras de rodizio com espaldar médio (auditório e sala de reunião inspetorias)



Cadeiras de rodizio com espaldar baixo (atendimento e fiscalização inspetorias)



Poltrona Fixa com base suspensa e apoio de braço (atendimento e fiscalização

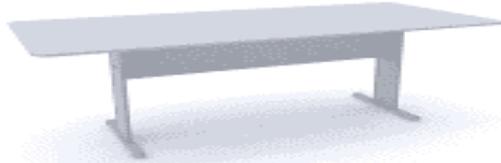


inspetorias)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

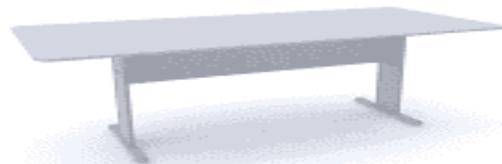
Mesa para auditório (sede)



Aparador (auditório)



Mesa para auditório (inspetorias)



Mesa em L





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Armário em MDF Baixo c/ 02 portas e 01 Prateleiras



Poltrona foyer Inspetorias



Armário do tipo arquivo (para pasta suspensa)





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Armário Prateleira



Mesa dobrável retangular





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO 014/2022
PROCESSO Nº P2022/031984-1

1 - IDENTIFICAÇÃO DA

Razão social:

CNPJ:

e-mail:

Telefone: ()

Fax: ()

Endereço:

CEP:

Cidade:

Estado:

Home page:

Pessoa de contato:

Nome:

RG:

CPF:

Cargo:

Telefone: () Celular: ()

e-mail:

Dados bancários para pagamento: Banco:

Agência:

Operação:

Conta:

Representante Legal que assinará o Contrato: Nome:

RG:

CPF:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1	Cadeiras universitárias fixas individuais	162		
	2	Cadeiras universitárias para obesos fixas individuais	04		
	3	Cadeiras de rodizio com espaldar alto (auditório sede)	04		
	4	Cadeiras de rodizio com espaldar médio (auditório e sala de reunião inspetorias)	06		
	5	Cadeiras de rodizio com espaldar baixo (atendimento e fiscalização inspetorias)	162		
	6	Poltrona Fixa com base suspensa e apoio de braço (atendimento e fiscalização inspetorias).	04		
	7	Mesa para auditório (sede)	02		
	8	Aparador (auditório)	01		
	9	Mesa para auditório (inspetorias)	02		
	10	Mesa em L	03		
	11	Armário em MDF Baixo c/ 02 portas e 01 Prateleiras	03		
	12	Poltrona foyer Inspetorias	02		
	13	Armário do tipo arquivo (para pasta suspensa)	05		
	14	Mesa dobrável retangular	15		
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
02	Armário Prateleira de aço	20			
TOTAL LOTE/ITEM					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

Prazo de entrega do objeto: 90 (noventa) dias;

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;

Prazo de Garantia: _____

Prazo de entrega: Conforme o edital.

DECLARO, que no valor proposto já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes do fornecimento do objeto nas condições estabelecidas no Edital do Pregão e seus Anexos, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, garantias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CUIABÁ/MT, XX DE XX DE 2022

Assinatura do representante legal da empresa
Razão social da empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO (CREA-MT), Autarquia Federal nos termos da Lei nº 5.194/66, dotada de personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 03.471.158/0001-38, UASG nº 389425, com Sede na Avenida Rubens de Mendonça, nº 491, Cuiabá – Mato Grosso – CEP 78.005-725, neste ato representado por seu Presidente, o engenheiro _____, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente CREA-MT, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço _____, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____), a seguir denominada CONTRATADA, o presente termo tem por finalidade a eventual contratação de pessoa jurídica que fornecerá: mobiliário para atender as Inspetorias e Sede do CREA-MT, _____, em conformidade com o Termo de Referência e Edital, que se regerá pelas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, e as seguintes cláusulas, originadas por meio do **Edital de Licitação - Pregão Eletrônico nº 014/2022**, vinculado aos autos **PROCESSO Nº P2022/031984-1** sendo aplicadas nos casos omissos as normas gerais de direito público, notadamente as do art. 37 da Constituição Federal, e supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente objeto tem por finalidade a contratação de pessoa jurídica para: Aquisição de mobiliários diversos para atender as Inspetorias e Sede do CREA-MT, conforme especificações técnicas, incluindo montagem e instalação.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor da aquisição é de R\$ xxxxxxxxxxxx.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 A vigência desta contratação será por 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIA

4.1 Móveis e Utensílios - 6.2.2.1.1.02.01.03.001

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será feito em até 20 (quinze) dias corridos após o recebimento dos bens por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário, ocasião que deverá ser emitido o documento fiscal, com a discriminação do objeto, que conterà expressamente as retenções de tributos, nos termos da legislação e o devido ateste da entrega dos produtos por parte do fiscal do contrato. Há que ser observado que além da comprovação da regularidade junto à CEF, efetuada por intermédio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, deverá ainda ser comprovada a manutenção da regularidade dos débitos trabalhistas e dos tributos federais, estaduais e municipais da Licitante Contratada.

6.0 CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

6.1 São aquelas descritas no Termo de Referência, vinculado a este Edital – Anexo I.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO

7.1 A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada, nos termos do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, por servidor devidamente designado em portaria ou por preposto expressamente indicado, podendo ser substituído, conforme conveniência e oportunidade da Administração.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

7.2. A fiscalização, exercida no interesse exclusivo do CREA-MT, não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Administração ou dos seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional apuradas na forma da legislação vigente.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. São aquelas previstas neste Edital, vinculado a este Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

9.1 O mobiliário deverá ser fornecido de acordo com as especificações deste Termo de Referência no Crea-MT.

9.2 Os locais a serem entregues e montados o mobiliário estão especificados de acordo com o **item 7**. E todos seus subitens do Termo de Referência, vinculado a esta minuta.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – PUBLICAÇÃO

10 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, e, também as contidas em Normas e Princípios gerais dos Contratos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
MATO GROSSO

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo, elegem as partes o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente.

Cuiabá-MT, xx de mês de 2022.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA